

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DO IDEB DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DO MARANHÃO, ENTRE OS ANOS 2007 E 2019

Léia Simei Correa Leitão*

RESUMO

O presente trabalho trata da análise das variações do Ideb dos alunos do Ensino Médio da rede estadual do Maranhão, entre os anos 2007 e 2019. A pesquisa terá uma abordagem qualitativa com a finalidade de fazer um comparativo dos resultados do IDEB dos alunos do Ensino Médio da rede estadual do Maranhão, entre os anos 2007 e 2019, com as metas estabelecidas pelo Inep. Deste modo, este estudo pretende demonstrar a evolução do IDEB maranhense do Ensino Médio, evidenciando a série histórica do indicador referente aos anos supracitados, bem como as taxas de rendimento e as médias de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática desse público, analisando como as políticas públicas educacionais influenciam no comportamento desse indicador, determinando, dessa forma, oscilações como progressão, regressão ou estagnação. A análise dos dados da pesquisa foi produzida à luz de autores relevantes no campo educacional, como Soares e Xavier (2013), Ruben Klein (2006), Cipriano Luckesi (2011), José Carlos Libaneo (2016), dentre outros.

Palavras-chave: Ideb. Ensino médio. Fluxo escolar.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a qualidade educacional tem cotidianamente ocupado o centro dos debates educacionais atualmente. Neste sentido, para elevar a qualidade da educação, assim como elevar a frequência à escola, com universalização do atendimento das crianças e jovens, foram realizados diversos debates, envolvendo diversos setores sociais, nos níveis municipal, estadual e nacional, que culminaram no Plano Nacional de Educação (PNE). Aprovado em 2014, o PNE traz, entre suas metas, a 3, cuja redação diz: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Essa ação tem se tornado a forma privilegiada e frequentemente utilizada para se analisar a qualidade da educação básica nos estados brasileiros, considerando, que desde 2005, o Ideb tem se tornado o principal parâmetro de qualidade e equidade do ensino brasileiro. Soares e Xavier ressaltam a relevância da avaliação do Ideb em estados e municípios do país, evidenciando que “hoje os sistemas educacionais brasileiros devem ser avaliados não apenas pelos seus processos de ensino e gestão, mas principalmente pelo aprendizado e trajetória escolar dos alunos (SOARES; XAVIER, 2013, p.1).

* Licenciada em Letras, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professora concursada na Rede Estadual do Maranhão em Língua Portuguesa, discente do curso de Especialização em Estatística e Avaliação Educacional (UFJF) e colaboradora da equipe técnica do Censo Escolar da Educação Básica do Estado do Maranhão. E-mail: prof.leia@hotmail.com

À vista disso, o objetivo deste artigo é fazer um comparativo dos resultados do Ideb dos alunos do Ensino médio da rede estadual do Maranhão, entre os anos 2007 e 2019, com as metas estabelecidas pelo Inep. Deste modo, este estudo pretende demonstrar a evolução do Ideb maranhense do Ensino médio, evidenciando a série histórica do indicador referente aos anos supracitados, bem como as taxas de rendimento e as médias de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática desse público, analisando como as políticas públicas educacionais influenciam no comportamento desse indicador, determinando, dessa forma, oscilações como progressão, regressão ou estagnação.

Diante do exposto, é necessário buscar maior compreensão e fundamentação acerca do comportamento desses dados no sentido de melhor fornecer instrumentos necessários para direcionar os gestores educacionais quanto à orientação de suas políticas educacionais, tendo em vista que esses indicadores favorecem o direcionamento para a implementação e o aprimoramento de ações que terão efeito positivo sobre o fluxo e desempenho dos alunos e que, conseqüentemente, favoreçam a qualidade da educação maranhense. Por isso a escolha do estudo, considerando que fazendo parte da equipe técnica do Censo escolar deste estado acompanho os indicadores educacionais, bem como as ações estratégicas que a referida rede propõe para elevar os índices educacionais do estado.

A organização deste artigo ocorre da seguinte forma: Na primeira parte evidencia-se a Introdução, compreendendo objetivo, justificativa, metodologia e estrutura do artigo. A segunda parte é o desenvolvimento, com duas subdivisões: A primeira apresenta o IDEB em seu contexto geral: seu conceito, sua fórmula, seu funcionamento, bem como sua relevância para elevar os índices educacionais dos estudantes e a segunda, o contexto do IDEB no Maranhão: apresentação da evolução do IDEB maranhense do Ensino Médio, evidenciando a série histórica do indicador referente aos anos supracitados. Nesse sentido, será feito comparativo dos resultados do IDEB dos alunos do Ensino Médio da rede estadual do Maranhão, entre os anos 2007 e 2019, com as metas estabelecidas pelo INEP. A terceira e última parte caracteriza-se a conclusão.

2 FUNDAMENTOS DO IDEB

A cada dois anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulga os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Um dos principais indicadores de qualidade da política educacional brasileira, que avalia a aprendizagem de alunos do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º do Ensino Médio, permitindo o estabelecimento de metas individuais intermediárias para as escolas, possibilitando, assim, a busca pela qualidade do ensino.

As metas são diferenciadas para cada rede de ensino e escolas e apresentadas bianualmente de 2007 a 2021. A ideia central é que cada estado, município e escola melhore seus indicadores, contribuindo para que o Brasil chegue à meta 6,0* em 2022 (Meta média comparável a um sistema educacional de qualidade dos países desenvolvidos). Mesmo para aqueles estabelecimentos de ensino que já atingiram a meta, está prevista a continuidade na

* O valor 6 foi escolhido como valor de referência para o Ideb. A heurística dessa escolha está descrita na nota técnica do Inep (BRASIL, 2009b). Sucintamente, com algumas hipóteses, esse seria o valor que o Ideb deveria ter se os alunos brasileiros estivessem todos no nível 3 do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e o indicador de rendimento fosse fixado em 0,96. Esse fato tem sido descrito como se um Ideb igual a 6 significasse uma escola de “primeiro mundo”. Todavia, isso só seria correto se o currículo brasileiro, cujo aprendizado é verificado pela Prova Brasil, fosse equivalente ao currículo dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que não ocorre atualmente (SOARES; XAVIER, 2013, p.10).

melhoria. E para aquelas redes de ensino e escolas que apresentarem problemas está previsto apoio específico a fim de auxiliá-las em seu desempenho.

O Ideb utiliza uma escala de zero até 10 pontos e quanto maior a nota melhor o desempenho dos alunos e maior a regularidade no fluxo escolar. Ele é calculado a partir de dados de aprovação escolar oriundos do Censo Escolar e da média das notas obtidas pelos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que são testes padronizados em larga escala em Língua Portuguesa e Matemática. Vale ressaltar que o foco é em leitura e resolução de problemas, respectivamente.

As medições do Ideb são de suma importância para o avanço da educação no país, como política educacional pública, permite a monitorização da qualidade da escola, auxilia na luta contra o fracasso escolar, amplia as possibilidades de mobilização da sociedade em prol da educação e permite o acompanhamento das metas de ensino. Por parte das escolas, elas reconhecem que um alto desempenho do IDEB significa ser muito mais reconhecida e valorizada pela comunidade.

2.1 O ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DO MARANHÃO ENTRE 2007 E 2019

O Ensino Médio, etapa da educação básica obrigatória e gratuita, conforme Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, foi sendo implementado progressivamente até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2009). Considerando dados do Censo Escolar, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e, como já supracitado, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise das variações do IDEB dos alunos do Ensino Médio da rede estadual do Maranhão, entre os anos 2007 e 2019, com as metas estabelecidas pelo Inep e que o público-alvo para a referida análise são as etapas do ensino médio da modalidade regular e do curso técnico integrado (ensino médio integrado) existentes nessa rede.

Na tabela 1, a seguir, podemos verificar as matrículas relativas a essas duas etapas de ensino, Cumpre-nos informar que, a partir do Censo Escolar da Educação Básica de 2015, o Curso Técnico de Nível Médio passou a ser separado em Curso Técnico Integrado e Curso Técnico - Concomitante ou Subsequente, deste modo, na tabela 01, a partir deste ano, em Educação Profissional (Nível Técnico), temos o somatório dessas duas Mediações Didático-Pedagógicas, como não é relevante para o desenvolvimento deste trabalho, não iremos fragmentar essas etapas, o mesmo caso se dá para os casos das matrículas da Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos).

Tabela 1. Número de alunos Matriculados no Ensino Médio do Estado do Maranhão - Rede Estadual, entre 2007 e 2019

Ano	Ensino Médio Regular	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)	TOTAL
2007	279.125	353	281	279.759
2008	285.089	137	405	285.631
2009	281.155	280	623	282.058
2010	280.558	183	844	281.585

2011	272.996	265	1.064	274.325
2012	271.448	36	1.314	272.798
2013	273.256	0	1.383	274.639
2014	277.037	0	1.675	278.712
2015	277.719	1.542	1.995	281.256
2016	284.277	2.155	2.414	288.846
2017	283.739	2.455	2.855	289.049
2018	276.642	3.796	3.555	283.993
2019	253.976	5.132	3.925	263.033

Fonte: INEP/MEC

Observamos, com a matrícula apresentada, que existe uma redução de 6,36 pontos percentuais de 2007 para 2019, ou seja, uma diminuição de 16.726 estudantes. Essa redução de matrícula é uma tendência nacional, conforme podemos observar nas sinopses estatísticas disponibilizadas pelo Inep. Neste sentido, ao compararmos o quantitativo de estudantes matriculados em 2007 e 2019, levando-se em consideração somente as Redes Estaduais do Brasil e etapas de ensino já supracitadas, tivemos respectivamente 7.721.126 e 6.979.872, caracterizando uma redução de 10,62 pontos percentuais.

Notamos também, por meio dos dados da tabela 1, um aumento significativo, a partir de 2015, da educação profissional no respectivo estado, isso se deve a uma política de governo, sobretudo pela oferta de educação profissional, científica e tecnológica, por meio da criação dos Institutos Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), com o objetivo de oferecer aos jovens e adultos condições e oportunidade para o desenvolvimento dos seus potenciais, respeitando as necessidades locais e as prioridades estratégicas do Maranhão.

Nesse sentido, foram criadas diversas políticas educacionais voltadas para a melhoria do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Maranhão, dentre as quais, cabe destacar o Programa Mais Ideb, regulamentado pela Portaria Nº 814, de 21 de maio de 2019 - SEDUC/MA (MARANHÃO, 2019). Em uma seção posterior faremos uma análise deste programa de governo e relacionaremos as variações do IDEB (fluxo e proficiência) com as ações de gestão desenvolvidas visando à melhoria da qualidade do ensino público estadual, uma vez que essas políticas públicas educacionais influenciam no comportamento do indicador, determinando oscilações como progressão, regressão ou estagnação.

2.2 O CONTEXTO DO IDEB NO ENSINO MEDIO DA REDE ESTADUAL DO MARANHÃO ENTRE 2007 E 2019

Assim como na maioria dos estados brasileiros, o ensino médio no Maranhão apresenta problemas de evasão, abandono e identidade, e muitas ações foram desencadeadas nos últimos anos, na tentativa de produzir um novo significado a esta etapa de ensino. Nessa perspectiva, a divulgação dos resultados do Ideb reafirma a necessidade de se repensar as ações desenvolvidas no ensino médio das escolas mineiras e na rede de ensino.

Soares e Xavier enfatizam a importância do Ideb para as redes de ensino ou escolas:

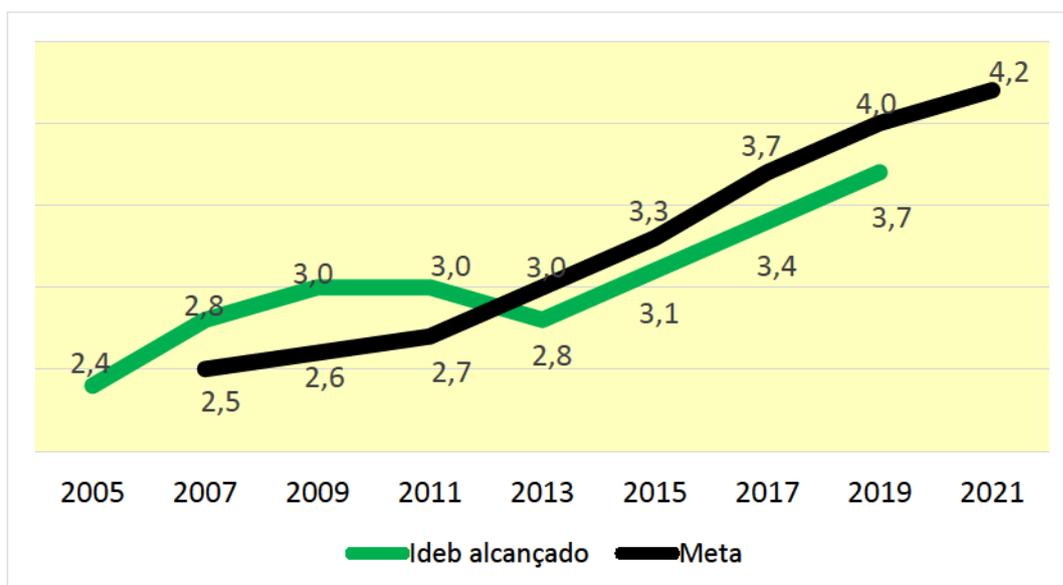
O Ideb de uma escola ou de uma rede de ensino é definido como o produto de um indicador de desempenho, tomado como o nível médio da proficiência dos alunos

da escola ou sistema, obtido na Prova Brasil, por um indicador de rendimento, definido como o valor médio das taxas de aprovação da escola ou sistema, obtido no Censo Escolar. O valor do Ideb cresce com melhores resultados do aprendizado dos alunos e cai se as taxas de aprovação também caem. Um dos motivos da grande respeitabilidade que o Ideb obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica (SOARES; XAVIER, 2013).

Os autores destacam o Ideb como uma ferramenta nacional imprescindível para avaliar o desempenho das escolas, por meio desse indicador, é possível detectar diversos problemas nos sistemas e instituições de ensino do país. A partir dos dados analisados é possível ter uma melhor visão a respeito das falhas no ensino e assim tomar as medidas necessárias para melhorar a qualidade da educação.

Nesse sentido, a rede estadual do Maranhão, no intuito de planejar estrategicamente ações que tenha impacto na qualidade da aprendizagem de seus estudantes do ensino médio, investiga dados do Ideb, para conhecer a fundo os indicadores que “desenham” a qualidade que se tem e demarcam o crescimento que se pode alcançar. Dessa forma, acompanhar a evolução do Ideb também é uma forma de monitorar se as políticas públicas para a educação estão gerando resultado.

Gráfico 1: Série histórica do Ideb da Rede Estadual – Ensino Médio



Considerando a série histórica do Ideb da rede estadual do Maranhão, nesta etapa de ensino, entre os anos 2007 e 2019 (Gráfico 01), observamos que nessa etapa de ensino, considerando os anos de 2007 a 2011, o Ideb maranhense superou as metas estabelecidas pelo INEP. Tomando-se o desempenho, observa-se que o índice cresceu, passando de 2,8 (2007) para 3,0 (2009) e estagnando em 3,0 (2011).

Infelizmente, os dados não são otimistas para o ano de 2013. Nessa etapa, houve significativa regressão no Ideb, alcançando apenas 2,8, ficando aquém do estabelecido pelo INEP que era de 3,0, conforme podemos constatar no gráfico apresentado.

Em 2015, o ensino médio da rede estadual cresceu, mas não atingiu a meta. Essa rede da educação básica apresentou 3,1, enquanto que a meta demarcada era de 3,3. Nesse

sentido a rede tem o desafio de garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

A partir de 2017 a 2019, a rede estadual mantém trajetória de crescimento, no entanto, não conseguiu atingir a meta estipulada pelo Inep. O estado maranhense, no ensino médio pontuou no Ideb 3,4 (2017) e 3,7 (2019), enquanto que a meta delimitava 3,7 e 3,4, respectivamente. Sob a perspectiva da evolução histórica, nota-se que em 2019, a rede alcançou a maior marca na história das escolas da rede pública estadual maranhense, uma vez que representou um crescimento de 0,9% pontos nas três últimas edições do Ideb, entre 2013 e 2019. Esse crescimento pode decorrer dos investimentos na área da Educação, por meio do Programa Mais Ideb que surgiu da necessidade da melhoria dos índices/indicadores educacionais do Estado. Como frisamos, anteriormente, faremos mais adiante uma análise deste programa de governo.

As soluções para apresentar melhorias no ensino médio não parecem ser simples. Pois, para promover melhorias na qualidade da educação são necessárias políticas que mudem diversos aspectos de gestão e financiamento da educação básica. Segundo Ruben Klein, em seu artigo: Como está a educação no Brasil? O que fazer? Para se obter e manter uma educação de qualidade, as políticas educacionais devem ser estruturadas:

“Elas devem utilizar diagnósticos, entre outros, provenientes de análises dos dados coletados pelos Censos Escolares, por pesquisas domiciliares como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e por avaliações externas de aprendizado. As políticas implementadas, por sua vez, também precisam ser avaliadas para verificar sua eficácia e se há necessidade de mudanças. Até os conceitos e diagnósticos precisam ser questionados e corrigidos quando necessário” (KLEIN, 2006).

Desse modo, o autor enfatiza que uma vez as políticas implementadas precisam ser avaliadas para verificar sua eficácia e se há necessidade de mudanças. Por conseguinte, conceitos e diagnósticos precisam ser questionados e corrigidos quando necessário, pois diagnósticos errados levam a uma tendência negativa da qualidade educacional.

Associa-se à qualidade na educação, também, a índices satisfatórios de evasão, aprovação e reprovação escolar. No entanto, o fato de o aluno ter concluído o ensino médio não representa necessariamente que ele aprendeu tudo que se espera para a referida etapa de ensino. O fluxo escolar se refere ao comportamento da progressão dos alunos ao longo de uma determinada etapa de ensino e considera as taxas de matrícula inicial, aprovações, reprovações e abandono escolar. Dessa forma, ele é um importante indicador para aferir a eficiência dos sistemas de ensino. Problemas de fluxo escolar podem ser atrelados a fatores externos à escola, como a necessidade de trabalhar ou outras questões de origens familiares, mas também podem estar associados à ineficiência pedagógica da escola em proporcionar o aprendizado dos alunos.

Nesse sentido, os gráficos seguintes apresentam a série histórica das taxas de rendimento, conforme objeto de estudo, dos alunos do ensino médio da rede estadual do Maranhão, entre os anos 2007 e 2019, e revelam que ocorreram alguns avanços, nos últimos anos, com relação aos índices de fluxo escolar.

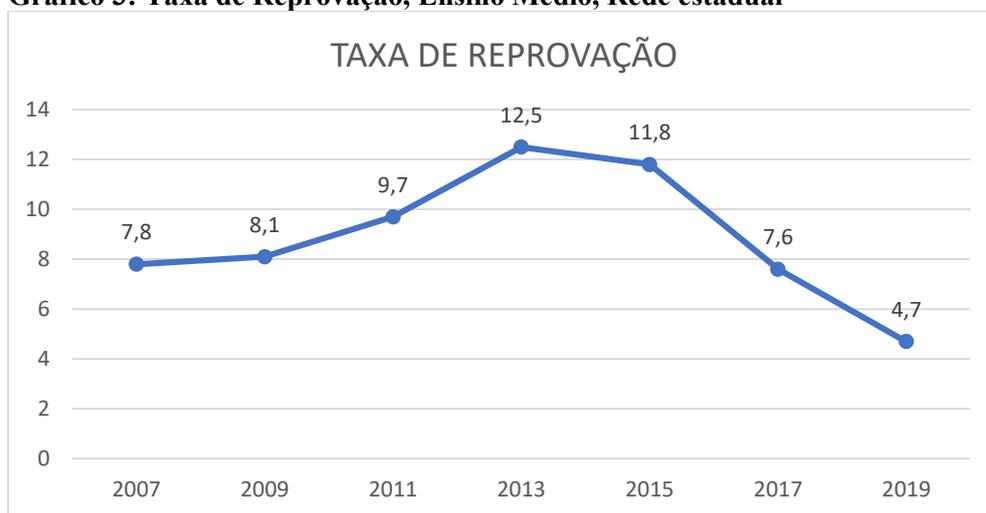
Gráfico 2: Taxa de Aprovação, Ensino Médio, Rede estadual



Fonte: Inep/MEC

Observa-se que, em 2007, temos 73,2 pontos percentuais no total de Aprovação do Ensino Médio, e em 2019, temos 90,5 pontos percentuais, ocorrendo, dessa forma, um aumento significativo de 19,1 pontos percentuais nesse período. Vale ressaltar que essa evolução, deve-se sobretudo, além dos investimentos públicos efetivados, após a implementação da política de progressão parcial ou pendência no estado, em 2017. Nota-se que de 2007 a 2015 o aumento foi bastante tímido no que se refere a esse indicador educacional.

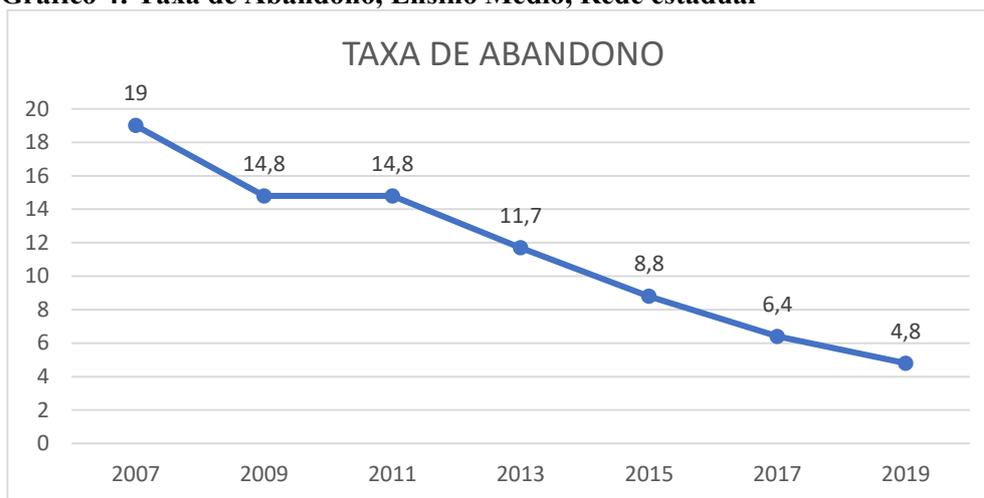
Gráfico 3: Taxa de Reprovação, Ensino Médio, Rede estadual



Fonte: Inep/MEC

As taxas de reprovação, nesta etapa de ensino da rede estadual, registrou, entre 2007 e 2013, aumento preocupantes nestes índices, no entanto, observa-se que, recentemente, vem caindo ano após ano. Em 2013, a taxa era de 12,5%, caiu para 7,6% em 2017 e, em 2019, atingiu o menor índice da série histórica, desde 2007, ficando em 4,7%.

Gráfico 4: Taxa de Abandono, Ensino Médio, Rede estadual

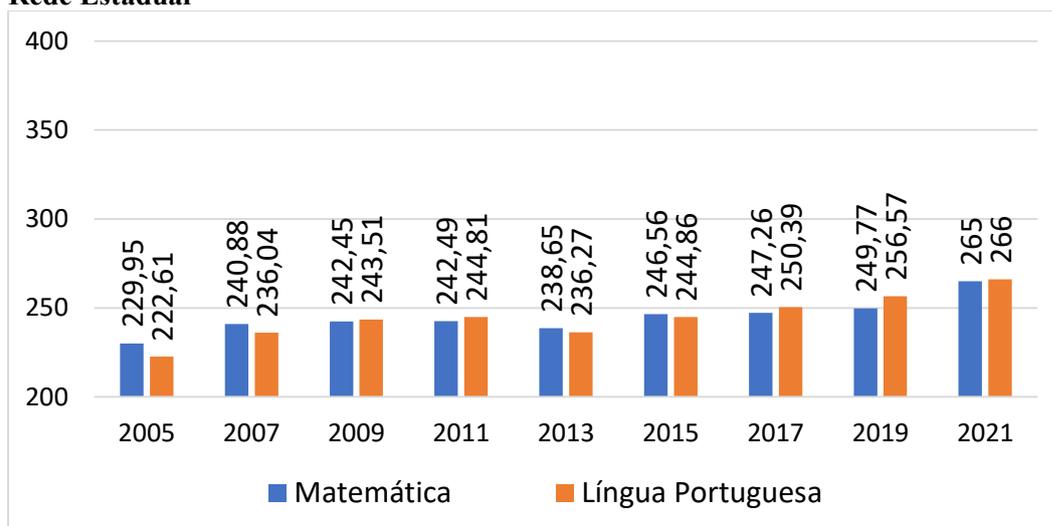


Fonte: Inep/MEC

Ao analisar as taxas de abandono, verifica-se que o percentual deste indicador no Ensino Médio, ofertado pela rede estadual de ensino, vem caindo seguidamente. Em 2007, a taxa era de 19% caiu para 6,4%, em 2017 e em 2019 atingiu o menor índice da série histórica, desde 2007, ficando em 4,8%.

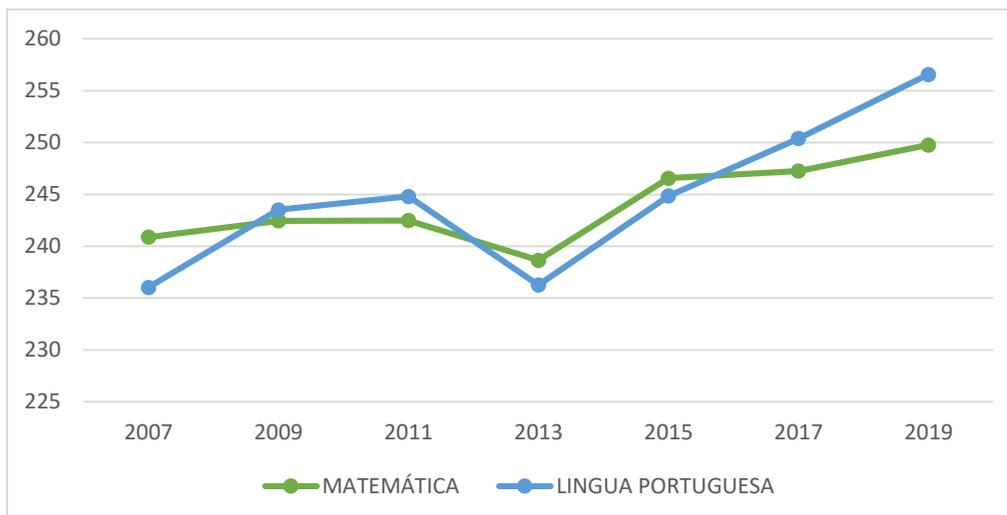
No que se refere às notas médias de proficiência em Matemática e Língua Portuguesa nesta etapa de ensino. Observa-se que, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Maranhão alcançou, em 2019, a maior proficiência em Língua Portuguesa e Matemática da série histórica no Ensino Médio, desde a criação do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2005.

Gráfico 05: Evolução da proficiência em Matemática e Língua Portuguesa – Ensino Médio – Rede Estadual



Fonte: Inep/MEC

Obs.: 2021 é uma projeção estadual considerando uma taxa de aprovação média de 95%



De acordo com o Instituto, podemos notar que, nos últimos anos, o nível de competência dos estudantes do Ensino Médio da rede estadual, em Língua Portuguesa, saiu de 236,04 pontos, em 2013, para 256,57, em 2019, ocorrendo um crescimento de 20,53 pontos. Já a proficiência em Matemática saiu de 238,65, em 2013, para 249,77, totalizando um acréscimo de 11,12 pontos.

Apesar desses avanços, constata-se que, ainda que haja melhoria nas notas, isso não significa que houve melhora na qualidade da educação como um todo. Para isso, seria necessário avaliar uma série de outros parâmetros, como infraestrutura das escolas, formação e valorização dos profissionais da educação que influenciam diretamente no rendimento dos nossos alunos. Dayrell e Jesus, por meio de resultados de pesquisa, refletem bem sobre os processos de exclusão escolares vivenciados por jovens adolescentes:

Os problemas de infraestrutura dos prédios escolares, os currículos que pouco ou nada dialogam com as experiências de vida e com os projetos de futuro dos jovens, os professores despreparados e/ou desmotivados para lidar com esses jovens estudantes e a violência observada no interior de algumas escolas podem ser citados como alguns dos problemas que, certamente, desempenham papel importante nesse contexto de exclusão escolar.

Adicionalmente, os mesmo autores, pontuam as desigualdades sociais herdadas por esses jovens que não lhes oferecem suportes capazes de superar as adversas condições de origem e, conseqüentemente, restringem suas possibilidades de acesso e permanência a níveis mais elevados de escolarização, como o ensino superior, por exemplo:

As formas pouco reconhecidas de desigualdade a que esses jovens estão submetidos se expressam também nos altos índices de gravidez juvenil que provoca, em maior grau, a evasão das jovens mães e, em menor, a evasão dos jovens pais. Tal desigualdade se revela também nas reiteradas situações de discriminação racial, de homofobia e sexismo que acontecem cotidianamente nessas escolas e que, direta e indiretamente, reforçam os estigmas já existentes em razão de suas condições sociais.

Nesse sentido, políticas públicas educacionais desenvolvidas no estado podem não estar sendo eficazes para a melhoria desses indicadores e influenciam consideravelmente seus resultados, tendo em vista que o ensino médio, como etapa final de educação básica, convive com o dilema de abarcar jovens com os mais diversos objetivos, e, ao mesmo tempo, prepará-los para a vida e para o trabalho concomitantemente.

Porém, para que avanços aconteçam nesta etapa de ensino é primordial uma política educacional séria e estruturante para impactar na aprendizagem dos estudantes. Desse modo, oferecer uma educação de qualidade que garanta a permanência e a aprendizagem do aluno ultrapassa a escola e se configura como responsabilidade de toda a sociedade. Somente com a abertura de espaços para o diálogo e o reconhecimento das pessoas envolvidas que será possível construir um educação de qualidade.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS PARA A MELHORIA DOS INDICADORES NO ENSINO MEDIO DA REDE ESTADUAL

Conforme citado anteriormente, diversos investimentos públicos na área da educação podem ter contribuído para a melhoria do Ideb no estado maranhense, na referida etapa de ensino. Dentre elas, o Programa Mais Ideb que surgiu com a finalidade de melhorar os índices/indicadores educacionais do Estado do Maranhão. Assim, no Art. 2º da Portaria Nº 814, de 21 de maio de 2019 - SEDUC/MA, temos:

Programa Mais IDEB tem como objetivo fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades das escolas públicas da Rede Estadual de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos estudantes, de modo a favorecer elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em conformidade com a meta 8 do Plano Estadual de Educação, bem como àqueles definidos pelo Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA) (MARANHÃO, 2019, p. 1).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, na portaria, entre outros aspectos, ficou estabelecido o Prêmio Mais Ideb, destinado à premiação de estudantes, professores e gestores das escolas públicas estaduais, em seu artigo 5º, com base no resultado de desempenho expresso pelo Índice de Desempenho Escolar do Maranhão, calculado pelo Sistema de Avaliação da Aprendizagem do Estado do Maranhão – SEAMA e/ou Simulados realizados no âmbito do Programa Mais Ideb. Embora considerado um momento ímpar na educação maranhense, a criação de um sistema de avaliação, ou seja, do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA), não iremos nos aprofundar nesse quesito, tendo em vista que não é objeto de estudo deste trabalho.

Ainda na Portaria, vale destacar que o Programa Mais Ideb desenvolve-se por meio da implementação das seguintes ações, conforme especifica o Art. 3º:

O Programa será desenvolvido por meio da implementação das seguintes ações:

- I. formação dos profissionais da educação;
- II. acompanhamento técnico-pedagógico dos indicadores de aprendizagem;
- III. implementação de tecnologias de gestão educacional;
- IV. realização de simulados e aulas, inclusive nas férias escolares;
- V. mobilização da comunidade escolar para a implementação de ações didático-pedagógicas focadas na aprendizagem;
- VI. premiação e reconhecimento das experiências exitosas. (MARANHÃO, 2019, p. 1).

Deste modo, em 2019, primeiro ano de vigência da premiação, foram premiados 2 mil estudantes, destes, 50 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e 1.950 estudantes da 3ª série do Ensino Médio na Rede Estadual de ensino com um auxílio mensal de R\$ 400,00

(quatrocentos reais) cada um, sendo que os 10 primeiros colocados do Ensino Médio foram contemplados com bolsa de estudos em faculdades privadas situadas no Maranhão (com limite máximo mensal de até R\$ 1.000,00) ou com auxílio mensal de R\$ 400,00 durante todo o curso, em caso de aprovação em instituições de nível superior públicas.

No que se refere aos educadores, foram premiados aqueles que ministraram aulas em turmas, que obtiveram as melhores médias da Rede Estadual e pelo menos 80% de frequência de estudantes na aplicação da prova do SAEB. O valor da premiação foi de R\$ 2.000,00. O mesmo critério de 80% de participação de estudantes, por cada escola, coube para a categoria de gestor escolar, em que os prêmios, neste caso, variaram entre R\$ 2.000,00 e R\$ 2.500,00 para gestor auxiliar e gestor geral, respectivamente.

Destacamos que um dos critérios para a premiação desses estudantes conforme Portaria Nº 814, de 21 de maio de 2019 - SEDUC/MA em seu Art. 7º, § 1º a participação na Prova Brasil realizada pelo Sistema de Avaliação Básica (SAEB/MEC):

Farão jus à premiação os estudantes com melhor desempenho que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- a) frequência escolar mínima de 90% (noventa por cento);
- b) participação na Prova Brasil realizada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb/Mec);
- c) participação em 100% dos simulados realizados no âmbito do Programa Mais IDEB. (MARANHÃO, 2019).

Assim sendo, no ano de 2019, aconteceu uma mobilização de todas as escolas da rede estadual de ensino quanto à participação no teste do SAEB/MEC. Por meio das redes sociais, grêmios estudantis, gestores escolares, docentes, enfim, toda a comunidade escolar se mobilizou para a participação do referido teste. Vale ressaltar que, conforme divulgado amplamente pelo Inep/MEC, as escolas só teriam seus resultados disponibilizados se tivessem a taxa de participação de pelo menos 80% dos estudantes matriculados nas etapas aferidas nos testes aplicados pelo Inep/MEC, instituído pela Portaria nº 366, de 29 de abril do Inep/MEC, que estabelece as diretrizes para a realização do Saeb em 2019 (INEP, 2019). Cumpre-nos sublinhar que esse percentual de participação foi calculado levando-se em consideração as matrículas informadas pelos gestores escolares de cada escola no Censo Escolar da Educação Básica – Matrícula Inicial.

Atualmente, o Programa Mais Ideb, por ter se consolidado, possui uma nova versão em que prevê o desenvolvimento de diversas ações, tais como: formação dos profissionais da educação; acompanhamento técnico-pedagógico dos indicadores de aprendizagem; implementação de tecnologias de gestão educacional; realização de simulados e aulas – inclusive nas férias escolares; além de premiação e reconhecimento das experiências exitosas, entre muitas outras atividades que, conforme seu propósito, além de fomentar a qualidade da educação básica nas escolas públicas da rede estadual, eleva a aprendizagem dos estudantes e a conseqüente progressão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

3 CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou as variações do Ideb apresentadas pela rede estadual do Maranhão, no ensino médio, especialmente no período de 2007 a 2019, com o objetivo de fazer um comparativo dos resultados desse índice com as metas estabelecidas pelo Inep. Como desfecho, este estudo pretende demonstrar a evolução do Ideb maranhense nesta etapa de ensino, evidenciando a série histórica do indicador referente aos anos supracitados, bem como as taxas de rendimento e as médias de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática desse público, analisando como as políticas públicas educacionais influenciam no comportamento desse indicador, determinando, assim, oscilações como progressão, regressão ou estagnação.

Diante dos resultados da pesquisa, ficou claro que as medições do Ideb são de suma importância para o avanço da educação no país, pois, como política educacional pública, permite a monitorização da qualidade da escola, auxilia na luta contra o fracasso escolar, amplia as possibilidades de mobilização da sociedade em prol da educação e permite o acompanhamento das metas de ensino. Por parte das escolas, elas reconhecem que um alto desempenho do IDEB significa ser muito mais reconhecida e valorizada pela comunidade.

O presente trabalho representa, portanto, uma reflexão frente aos problemas de fluxo escolar apresentados pelo ensino médio, considerando que esses índices são utilizados para efetivar políticas públicas para melhorar a realidade desse público e, embora reconhecê-los enquanto uma ferramenta útil para a realização de planejamento para as diversas esferas da educação brasileira, destacamos que esses resultados não devem, e nem podem ser o único parâmetro para a formulação de proposta e de ações no âmbito educacional.

Nesse sentido, ainda que seja de fundamental importância, as taxas de rendimento para o cálculo das avaliações externas e para uma avaliação do sistema escolar ou de uma escola, devemos ter cuidado com o rumo que essas taxas estão tomando, já que os resultados estão se tornando, em muitos casos, instrumentos de classificação, tornando-se, assim, uma competição em busca de resultados quantitativos entre as instituições das redes, desse modo sendo contraditório ao que se propõem esses testes, que seria a melhoria dos processos de aprendizagem e a consequente diminuição das desigualdades sociais, culturais e intelectuais tão perduráveis em nosso país. Como descreve Luckesi:

A avaliação educacional escola assumida como classificatória torna-se, desde modo, um instrumento autoritário e frenador do desenvolvimento de todos que passarem pelo ritual escolar, possibilitando a uns o acesso e aprofundamento no saber, a outros a estagnação ou a evasão dos meios do saber (Luckesi, 2011).

Apesar das limitações e de outros fatores que devem ser analisados, podemos verificar que apesar da melhoria nos indicadores, ainda há um longo percurso a ser percorrido, e essa melhoria está diretamente associada à qualidade na educação, como a falta de qualificação docente e ao compromisso dos diversos segmentos que perpassam pelo cotidiano do aluno, podemos observar que, apesar dos diversos fatores que influenciam no rendimento dos nossos alunos, como falta de infraestrutura, falta de recursos pedagógicos adequados, ausência de profissionais que possam auxiliar alunos com dificuldades na aprendizagem, entre outros profissionais, e até mesmo fatores externos à escola, como a ausência da família no ambiente escolar, é possível obter bons resultados com políticas adequadas.

Diante dos resultados da pesquisa, fica claro que perceber a cultura escolar, a pluralidade dos sujeitos que a compõem e suas relações no dia a dia são fundamentais para se compreender as complexidades do ensino médio, especialmente no que tange as causas

para a evasão e o abandono escolar, que atingem grandes proporções nessa etapa final de ensino básico.

Por fim, cumpre-nos salientar a necessidade de elaboração de ações dialógicas que permitam o trabalho coletivo, em prol da superação das dificuldades identificadas. Nessa perspectiva, o trabalho em equipe é o melhor caminho para se promover as mudanças necessárias e vencer resistências na busca de um projeto do maior desenvolvimento da aprendizagem e de uma cultura escolar que contribua positivamente para reduzir os índices educacionais no estado maranhense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. n.p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.html. Acesso em: 08 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Maranhão. 2020. n.p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 08 fev. 2021.

DAYRELL, J.; JESUS, R. A exclusão de jovens adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas. Relatório de Pesquisa. UNICEF/MEC, 2012. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/pesquisa-unicef-a-exclusao-dejovens-de-15-a-17-anos-no-ensino-medio-no-brasil/>. Acesso em: 10 abr 2021.

KLEIN, R. **Como está a educação no Brasil? O que fazer?** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 139-172. 2006. Acesso em: 18 fev 2021.

LIBANEO, J. C. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 46, n.159, p. 38-62, mar. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038>. Acesso em: 12 mar. 2021.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Avalia%E7%E3o%20da%20aprendizagem%20Escolar_Cap%EDtulo%20II.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

MARANHÃO. **Indicadores Educacionais 2019: Taxas de rendimento, Saeb, Ideb e Projeção para 2021**. Disponível em: Secretaria Estadual de Educação/SEDUC. São Luís, MA, 2019.

MARANHAO. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. **Avaliação da aprendizagem: orientações para a prática escolar /** Coordenação: Silvana Maria Machado Bastos — São Luís, 2018. pdf. Acesso em: 09. Out. 2020.

MARANHÃO. Secretaria de estado da educação. **Programa Mais Ideb. Portaria N° 814, DE 21 de maio de 2019**. Dispõe sobre a operacionalização do artigo 3º, IX e X, Lei nº 10.995, de 11 de março de 2019, e dá outras providências. Maranhão, 27 mai. 2019. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5506>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MEC. **Resultados.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em 08 fev. 2021.

MEC. Nota Técnica. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/porta1_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 08. Fev. 2021.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. Pereira. **Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb.** Educação e /Sociedade, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013.